



10 dia de novembro é GREVE!

Categoria intensifica mobilização

Greve nacional deflagrada pela Fasubra ocorre na véspera do dia em que a Reforma Trabalhista entra em vigor no país. Trabalhadores de diversos outros setores também irão paralisar suas atividades nesta data.

Nessa edição:

Página 2

Entenda os projetos que irão acabar com a Educação e o Serviço Público no Brasil. A hora de Lutar é agora!

Página 3

Assufrgs Entrevista: Guilherme Boulos e Valdete Souto conversam sobre o conjunto de ataques aos trabalhadores

Página 4

Assufrgs cria comissão de mobilização rumo à greve.

OIT clama por democracia para solucionar trabalho escravo no Brasil.

Governo Temer quer tirar direitos dos trabalhadores do serviço público

Carreira, estabilidade e até salários dos TAEs estão em risco com “projetos” em andamento. Fique atento, são muitos os retrocessos, em diferentes estágios de tramitação.

A classe trabalhadora nunca presenciou tamanho retrocesso na retirada de direitos. O (des) governo do Presidente Michel Temer tem um objetivo muito claro, e que está andando a passos largos: a precarização das relações de trabalho no Brasil e o desmonte do Estado brasileiro.

Desde o golpe de 2016 são sucessivos projetos, emendas, decretos, decisões que estão visivelmente piorando a qualidade de vida, dignidade e a segurança da maior parte da população do país. Já foram aprovadas a Reforma Trabalhista e a Terceirização, atingindo de forma mais direta, os trabalhadores do setor privado, resultando em precarização do trabalho formal. Agora o próximo passo de Temer, e sua base de apoio de deputados e senadores no Congresso Nacional, tem como prioridade retirar também os direitos dos servidores públicos.

Pacote de medidas contra os servidores

Está sendo apontada uma série de projetos que visa precarizar os servidores públicos. Entre eles estão o **PDV - Programa de Demissão Voluntária**, Medida Provisória 792/2017, que ludibria os servidores com uma falsa promessa de ganho via demissão; e o **fim da estabilidade no serviço público com demissão por avaliação negativa, PLS 116/2017**.

Está em análise no Ministério do Planejamento um projeto que visa o fim das atuais carreiras e criação de uma carreira para o conjunto dos servidores federais. A reestruturação das carreiras do serviço público, destruirá as conquistas e vitórias acumuladas pelos trabalhadores

técnico-administrativos em educação nos últimos anos, com muitas lutas e greves. Será o **fim do PCCTAE, nosso atual Plano de Carreira**. Propostas de novo teto remuneratório e extinção de cargos também estão sendo estudadas pelo governo. O pacote de medidas anunciado nos últimos dias, envolve ainda o **aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%** para os servidores públicos.

Para Bernadete Meneze, Coordenadora da Assufrgs Sindicato existe uma “ofensiva sobre tudo o que é público” e “o governo vem orquestrando um ataque brutal aos serviços públicos e seus trabalhadores. Taticamente a contra reforma vem de forma fatiada, através de vários instrumentos legais no sentido de desmontar o estado social tão duramente conquistado por lutas de nossa classe no último século”.

A previsão de lançamento do pacote de maldades contra o funcionalismo público via projeto de lei ou medida provisória, deve ocorrer nos próximos dias, ainda em novembro, sem uma data definida.

Precarizar o servidor público com lesão à seus salários, carreiras e estabilidade dificulta “a defesa da neutralidade necessária na administração pública e a independência dos servidores diante de qualquer partido político que venha a administrar as instituições do Estado”, conclui Berna, citando o advogado trabalhista, doutor em serviço público, pela Universidade de Zaragoza, Rogério Coelho, em seu artigo As diretrizes da Reforma Administrativa, 1999.



Educação superior pública agoniza

A aprovação da Emenda Constitucional 95, como é chamada agora a PEC do Fim do Mundo, congelando investimentos na educação pelos próximos 20 anos e a reforma do ensino médio estão por sua vez já refletindo na realidade dos trabalhadores do serviço público da educação.

Os cortes nas Universidades e Institutos Federais já são realidade em 2017, onde enfrentamos atrasos de repasse às instituições e cortes de orçamento nos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência (MCTIC). As dificuldades enfrentadas pela comunidade universitária da UERJ, com bolsas atrasadas e salários pendentes é o futuro também das universidades federais se depender do atual Governo. Os Institutos Federais enfrentam um 2017 ainda mais rigoroso, com imposições e dificuldades financeiras devido a corte nos repasses que afetarão o funcionamento dos campi por todo o Brasil.

TÁ NO PAPO

com a ASSUFRGS Sindicato



Para falar da conjuntura política, das demandas da categoria e das atividades das Unbiversidades e Institutos Federais, a equipe da Assufrgs está produzindo um novo formato de entrevista, leve, rápido e mais informal. A versão em vídeo das entrevistas pode ser assistida na página [facebook.com/AssufrgsSindicato](https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato).

Confira nosso “Tá no Papo, com a Assufrgs Sindicato”:



Guilherme Boulos

Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

“Não há caminho fora das ruas!”

Foto por Guilherme Santana

Assufrgs Sindicato: Como você encara a atual conjuntura de retirada de direitos?

Guilherme Boulos: O regime fiscal deste governo ilegítimo, com o apoio do Congresso Nacional, aprovaram no final do ano passado a PEC 55, atual EC 95. Ali estava anunciado o conjunto do serviço público e da capacidade de investimento social do Estado. A iniciativa de congelar investimentos por 20 anos é draconiana. A ideia é liquidar qualquer faceta social do Estado. O conjunto dos investimentos públicos nas universidades está totalmente prejudicado. O que ocorre na UERJ deve chegar à todas as universidades. É um projeto privatista. Quando você sucateia a universidade pública, o SUS, o conjunto dos serviços públicos, o resultado é a ascensão de ofertas privadas nesses mesmos ambientes.

AS: Falando sobre a iniciativa privada no âmbito da educação pública, porque o projeto do fundo patrimonial, que está nas mãos da Senadora Ana Amélia Lemos (PP), visando o investimento de capital privado nas universidades, causará impacto negativo?

GB: Isso é acabar de vez com qualquer tipo de autonomia universitária. inclusive autonomia do pensamento crítico. No momento que o capital financia diretamente a pesquisa, a extensão, o ensino, ele determina a pauta, o que será estudado. Quando o conhecimento está subordinado a uma lógica privada, também se subordina a uma lógica da rentabilidade. Há muito tempo isso vem acontecendo na universidade brasileira, as fundações são um exemplo. O que nós temos no Governo Temer é um aprofundamento de sucateamento e privatização da universidade.

AS: Como construir a mobilização da sociedade para resistir a esses projetos?

GB: Veja você, não há caminho fora das ruas. Acreditar que nós vamos ter uma solução por meio das instituições, com o que representa a maioria do Congresso Nacional brasileiro, com um Governo Ilegítimo, com um judiciário fechado e cheio de privilégios, é uma ilusão. Não é daí que vai sair a solução. Enquanto não houver amplas manifestações nas ruas, nós não vamos ser capazes de bloquear o programa de retrocessos e de repressão democrática, perigosíssima, que acontece neste momento no país. Estamos em um cenário onde o governo

tem aprovação de apenas 3% da população. O povo diz que não quer as reformas e eles seguem aprovando, mesmo que o movimento social esteja conseguindo diminuir esse ritmo. Isso vai criando um barril de pólvora, e uma descrença completa de soluções institucionais e aos poucos o povo vai construindo suas próprias soluções por baixo. Você tem tido um agravamento da insatisfação, da indignação popular, que cedo ou tarde vai explodir em um processo de mobilização no país. O que eles estão fazendo é uma regressão tão cruel, tão antipopular, que não há nenhuma possibilidade disso não gerar reações, que tendem a ir se acumulando como reações mais fortes, mais duras em um longo prazo.



Valdete Souto

Juíza do Trabalho

“A estabilidade deveria ser estendida, inclusive, ao setor privado”

Foto por Assufrgs Divulgação

Assufrgs Sindicato: Juíza, como o projeto de lei, PLS 116/2017, irá prejudicar a estabilidade dos servidores públicos?

Valdete Souto: Esse projeto de Lei está sendo propagandeado pela mídia como a possibilidade de, “enfim”, avaliar os servidores públicos. Porém os servidores já são avaliados periodicamente. Na realidade esse projeto propõe uma avaliação semestral por mau desempenho, com critérios que são bem subjetivos. Então deixa o servidor nas mãos dos gestor, suscetível à pressões, inclusive políticas. Qualquer avaliação nos termos desse projeto, pode inclusive acarretar na demissão do servidor, ou seja, em sua expulsão do serviço público.

AS: Por que a estabilidade no trabalho não pode ser encarada como um privilégio?

VS: A estabilidade é importante em geral e deveria, inclusive, ser estendida ao setor privado e não ser tratada como se fosse um privilégio indevido dos servidores públicos. É fundamental a estabilidade, ela garante que se tenha autonomia das suas atividades, que possa se reivindicar melhores condições de trabalho e possibilita trabalhar sem o medo constante da perda do emprego. É uma grande conquista da sociedade a partir da segunda metade do século passado e todos os países ocidentais da Europa, por exemplo, prevêm garantias contra despedida, e todos eles têm garantias quanto à estabilidade no setor público, muitos deles, no setor privado também.

AS: Como o servidor público é vítima da precarização da máquina do Estado?

VS: A gente vive um período de demonização dos servidores públicos. O servidor é considerado culpado de ter direitos, ele é também apontado como causador da burocracia estatal. O que a gente tem na verdade é uma burocracia que torna morosa a prestação dos serviços públicos e isso não é culpa do servidor. Decorre da própria forma como a administração apresenta esse serviço e de um déficit de força de trabalho. Nós estamos com as universidades sucateadas, com um efetivo de trabalho menor do que a demanda. É exigido do servidor público nas repartições, escolas, hospitais, que se preste um serviço de excelência sem condições de trabalho adequadas.

Categoria intensifica mobilização para a greve e cria comissão de mobilização. Agende a visita em sua unidade!

A Assufrgs Sindicato segue em estado de greve frente ao conjunto de retirada de direitos. Com o objetivo de mobilizar e informar a categoria sobre a série de ataques que atingirão a carreira dos TAEs, o Conselho de Representantes do sindicato criou uma comissão de mobilização, que realizará reuniões informativas nas unidades, nos diferentes campi da UFRGS, UFCSPA e IFRS.

Os encontros visam mobilizar a base para o próximo dia 10 de novembro,

dia de greve nacional dos Técnico-Administrativos das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior. A deflagração da greve se deu na Plenária Nacional da federação, no último dia 22 de outubro, no Rio de Janeiro e contou com delegados eleitos pela base da Assufrgs Sindicato. A data foi escolhida por ser a véspera do dia em que a Reforma Trabalhista entra em vigor no país. Trabalhadores de diversos outros setores também irão paralisar suas atividades no dia 10.

A Assufrgs solicita que os colegas que tenham interesse de receber a comissão em sua unidade, entre em contato pelo e-mail secretaria@assufrgs.org.br, com proposta de dia e horário. A comissão de mobilização por sua vez agendará também as reuniões e realizará os encontros possivelmente entre os dias 30 de outubro e 09 de novembro. Para participar da comissão entre em contato com a coordenação ou com o Conselho de Representantes.

Organização Internacional do Trabalho clama por soluções democráticas no enfrentamento contra o Trabalho Escravo no Brasil



A portaria que dificulta a inspeção do trabalho escravo no país, editada pelo Ministério do Trabalho no dia 16, foi suspensa provisoriamente, por liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF) neste dia 24 de outubro. Weber acolheu o pedido de anulação dos efeitos da portaria solicitada pelo partido Rede Sustentabilidade. O partido argumentou que houve desvio de poder na edição da medida. A liminar tem efeito até o julgamento do mérito da ação pelo plenário do tribunal.

A portaria

Apesar da liminar, sabemos que o ataque para os trabalhadores brasileiros é tão grave que chegou ao nível de facilitar a escravidão no Brasil. O Governo de Michel Temer publicou uma portaria com

um conjunto de novas regras que, na prática, dificultam o combate ao trabalho escravo no país. Uma das principais mudanças diz, por exemplo, que para que haja a identificação de trabalho forçado, jornada exaustiva e condição degradante, é preciso ocorrer a privação do direito de ir vir, o que no Código Penal não é obrigatório. A portaria deixa também nas mãos do ministro do Trabalho – e não mais da equipe técnica – a inclusão de nomes na chamada “lista suja”, que reúne empresas flagradas com trabalho análogo à escravidão.

Solução democrática é bem vinda

Em entrevista à Assufrgs o coordenador do programa de combate ao trabalho

forçado da OIT - Organização Internacional do Trabalho, no Brasil, Antonio Carlos Mello, afirmou que de fato vê com preocupação as mudanças propostas na portaria em questão, publicada no dia 16 de outubro pelo Ministério do Trabalho. “A preocupação é a de que as consequências da portaria possam enfraquecer ainda mais a fiscalização e o resgate de homens e mulheres trabalhadores que são submetidos ao trabalho análogo à de escravo, que em muitos casos tem sua condição de vulnerabilidade explorada e sua dignidade aviltada, sendo reduzidos a condição de coisa, e para isso não necessariamente tem sua liberdade restringida”.

O coordenador afirmou ainda que acredita que mudanças nas normas e leis, que venham a impulsionar o enfrentamento ao trabalho escravo no Brasil, são possíveis e bem vindas, desde que amplamente discutidas de maneira democrática, “a exemplo do que vem ocorrendo atualmente no âmbito da CONATRAE onde representantes do governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil organizada se reúnem para discutir essas temáticas com um único objetivo de erradicar o trabalho escravo no Brasil”, completou.

